



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob n.º 34.670.976/0001-93, por meio da Pregoeira Andréia da Silva Carvalho Souza, nomeada através do Decreto nº 07/2024, do dia 02 de janeiro de 2024, sediada na Av. das Nações nº 73 – Cumaru do Norte – Pará, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA e **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, REGIDO nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal 163/2021, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência que faz parte integrante deste. O encaminhamento das propostas de preços poderá ser feito a partir das 09:00 do dia 09/09/2024, até 08:59 do dia 23/09/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 23/09/2024

HORÁRIO: 09:00

ENDEREÇO ELETRÔNICO NO SÍTIU: www.portaldecompraspublicas.com.br

- A programação acima e seus respectivos horários poderão sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. A pregoeiro informará previamente a mudança dos horários para ciência de todos os participantes.
- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) www.portaldecompraspublicas.com.br;
- O presente Edital do Pregão estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, sito a Avenida das Nações, N.º 73 – Cumaru do Norte – Pará, na sala do Departamento de Licitações e mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.
- O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento/habilitação junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa

1. DO OBJETO.

1.1 Registro de Preço para aquisição de materiais pedagógicos, didáticos e esportivo para suprir demandas das secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Esporte e Lazer do município de Cumaru do Norte- PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por ITENS, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer propostas para todos os itens que a compõem.

1.3. O objeto desta licitação será subsidiado com Recursos Próprios da Administração e Recursos oriundos de Transferências Voluntárias da União.

2. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS;

2.1 – Integram o presente Edital os seguintes documentos:

- a) Anexo I - Termo de Referência – Especificação detalhada do objeto licitado;
- b) Anexo II - Modelo de Declaração Unificada;
- c) Anexo III – Minuta da ATA;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato Anexo

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento eletrônico Portal de compras públicas no sítio; www.portaldecompraspublicas.com.br

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

3.6. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123/2006).

3.7. Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que caso na localidade não seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

3.8. Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A Prefeitura seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos ao interesse Público.

3.9. Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3.10. Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, **DECIDIMOS QUE ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.13. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS NO SITIO; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.14. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PMCN responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.15. Poderão participar do certame, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento do presente edital.

3.16. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS NO SITIO; www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.17. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PMCN responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.18. Não poderão participar deste Pregão:

3.18.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.18.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.18.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.18.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.18.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.18.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.18.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.18.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.18.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.18.10. Ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3.1 ou 4.3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
 - 4.12.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.12.4. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e o percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- e) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- f) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- g) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- h) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- i) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.2. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.8. DA VISTORIA

5.8.1. Não se exigirá que a licitante realize vistoria do local de entrega do bem.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez) centavos.
- 6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação
 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - empresas brasileiras;
 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela administração.
- 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (Duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a exemplo de catálogo, folders etc., sob pena de desclassificação.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22.6. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada item cotado, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Conter que o prazo limite de entrega do objeto conforme descrito neste edital e seus anexos, contados da autorização de fornecimento emitida pela secretaria requisitante.
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- g) O não envio da proposta ajustada por meio de campo próprio do sistema, com todos os requisitos ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta consolidada no portal <https://portal.tcu.gov.br/>

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. O § 2º do art. 59 da Nova Lei de Licitações estabelece que, na fase de julgamento das licitações, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas.

7.6.1. O edital de licitação deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

quando o substituir, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Todavia, quando o pregoeiro/ agente de contratação verificar que a proposta feita pelo licitante alcançar 80% do valor orçado poderá abrir-se diligência para verificação de exequibilidade da proposta. Exemplificando: se o valor orçado for R\$ 100,00, a proposta inferior a R\$ 80,00 poderá ser aberta a diligência para comprovação de exequibilidade.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

c) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, O PREGOEIRO verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro.

a) SICAF;

b) Consulta consolidada pelo Tribunal de contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/>)

8.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.1.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.1.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

8.1.6. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.1.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.1.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação aos documentos relacionados a seguir:

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2. Prova de registro empresarial no caso de empresa individual;

8.2.3. Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

8.2.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br

8.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou qualquer outro documento oficial, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.2.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.10. Cópia de RG e CPF dos sócios ou CNH;

8.2.11. Tratando-se de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), apresentar Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste edital.

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

8.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

8.3.3. Alvará de funcionamento, com devidas licenças exigidas no mesmo (a licença prevista nas observações do alvará).

8.3.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

8.3.5. Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal, da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

8.3.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

8.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da SEDE da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor;

8.4.1.1. Caso haja no município sede da licitante mais de um distribuidor, a licitante deverá apresentar as certidões de cada um deles.

8.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; conforme artigo 69 da lei 14.1333 de 2021, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.4.2.1. De acordo com artigo 69 § 6º da lei 14.133 de 2021 os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, as condições de habilitação serão definidas no edital de acordo com o artigo 65 da lei 14.1333 de 2021 § 1º. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.4.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial;

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

8.4.5. Licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

8.4.6. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.4.7. Apresentar certidão simplificada da junta comercial da sede do licitante atualizada com todas as informações contratuais.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA)

8.5.1. Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação; podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

8.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.6.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II.

8.6.2. Modelo de Declaração de Idoneidade, conforme modelo constante no Anexo III.

8.6.3. Declaração para os fins de direitos que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, podendo ser utilizado o modelo constante no ANEXO V (Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte);

8.6.4. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante que não declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme modelo anexo (Anexo VI).

8.6.5. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no INCISO XVII art. 92 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme modelo constante no Anexo VII

8.6.6. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Obs.: Declarar quando for o caso: "Declaro que emprego menor com idade a partir de catorze anos na condição de aprendiz" conforme modelo constante no Anexo VIII.

8.6.7. Declaração de não parentesco, conforme modelo constante no Anexo IX.

8.6.8. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo X).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, exceto para a Certidão negativa de falência ou concordata que o prazo será de 90 (noventa) dias.

9.2. Se o licitante for executar o contrato por seu estabelecimento matriz, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da matriz; se o licitante for executar o contrato por estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome de tal estabelecimento, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



Estado do Pará

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

9.4. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

9.6. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

9.7. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.2.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- d) os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- e) O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.9. Fraudar a licitação;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.1. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

12.3.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3.7. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.21, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, sitio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, sito a Avenida das Nações, N.º 73 – Cumaru do Norte – Pará, na sala da Comissão Permanente de Licitação e nos endereços: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.tcm.pa.gov.br/>.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2. Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) item(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

15.3. A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. A entrega do objeto desta contratação, deverá ser executada em conformidade com o estabelecido no ANEXO I – Termo de Referência, e as demais cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

16.2. O recebimento inicial do objeto/materiais da presente licitação será fiscalizado atestado se necessário com a verificação posterior das especificações e quantidades conforme estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

16.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

16.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

16.3.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

16.3.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

16.3.4. A hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

16.4. Adotar todas as medidas e precauções tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, porém sempre responsável por quaisquer consequências decorrentes desses danos e pelos atos por eles praticados.

16.5. Fazer a reposição dos produtos/materiais entregues fora das especificações solicitadas.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui no ANEXO VIII do presente ato convocatório.

17.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito fiscal e trabalhista da Adjudicatária estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade de fazê-lo.

17.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada a apresentar tais certidões até a data limite fixada para a assinatura do contrato, sob pena de a contratação não se realizar.

17.4. A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da data da convocação, que se fará por e-mail ou meio equivalente, para a assinatura do instrumento de contrato decorrente desta licitação, devendo, na ocasião, dar atendimento ao prazo estabelecido e às seguintes condições:

17.4.1. Apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista eventualmente exigidas no ato de convocação, em função da impossibilidade de renovação por meio eletrônico hábil de informações.

17.4.2. Assegura garantia de entrega dos produtos estipulada no item 16.

17.4.3. DEVERA apresentar todos os requisitos e todas as documentações mencionadas no ANEXO I TERMO DE REFERENCIA.

18. DA GARANTIA DE ENTREGA

18.1. Na falta do objeto licitado, a empresa ganhadora do(s) Item(s) assume a responsabilidade de entregar o produto/materiais independentemente de ter em estoque ou não.

18.2. Durante o prazo de garantia, havendo necessidade de substituição do produto que esteja com defeito, ou impróprias para o uso - Anexo I- TERMO DE REFERÊNCIA o frete e custas advindas da entrega dos mesmos correrão sob responsabilidade do fornecedor.

18.3. O produto licitado que estiver fora das especificações, deverá ser devolvido ao fornecedor e devidamente substituído, no prazo definido no Termo de Referência (anexo deste edital)

18.4. Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições de garantia às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em no máximo 30 (trinta) dias após a manifestação favorável do Setor fiscalizador na Nota Fiscal Eletrônica (NFe) apresentada, ficando assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação, conforme anexo I (Termo de Referência).

19.2. Para a aquisição de bens a NFe deverá ser emitida em acordo com o estabelecido no edital.

19.3. Os pagamentos serão realizados mediante procedimento bancário, em conta do fornecedor contratado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

19.4. Havendo erro na NFe ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NFe será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NFe, reapresentada nos mesmos termos do item 19.1.

19.5. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

19.6. O(a) contratado(a) ficará sujeito a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 da Receita Federal do Brasil.

20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

20.1. A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos na legislação. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

21. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO

21.1. O Adjudicatário que se recusar, a entregar o(s) item(ns) do(s) qual(is) sagrou-se vencedor, ou desistir de sua proposta inicial ou do lance ofertado estará sujeito, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades:

- a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) Multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor ofertado.

21.2 O atraso ou o descumprimento das obrigações contratuais assumidas permitirão, ainda, a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

21.2.1. Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

21.2.2. Multas, que serão graduadas, em cada caso, de acordo com a gravidade da infração, observados os seguintes limites:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor do objeto entregue com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso a Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato para o descumprimento de condições e obrigações assumidas.
- c) 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

21.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte. **(Pelo prazo de até 05 anos).**

21.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 5 (cinco) anos.

21.5. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à adjudicatária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

21.6. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

21.7. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

21.7.1. Retardarem a execução do pregão;

21.7.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

21.7.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

21.8. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à adquirente no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

21.9. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Contratante, decorrentes das infrações cometidas.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão a conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 12.361.0060.2-025 Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação - Meta 07 do P ME

ÓRGÃO: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL SOCIAL

Ação: 08.122.0020.2-048 Funcionamento da Secretaria de Assistência Social

ÓRGÃO: PREFEITURA DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Ação: 27.812.0180.2-058 Funcionamento da Secretaria de Esporte e Lazer

Natureza das Despesas;

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo

22.2. RECURSOS FINANCEIROS

22.2. O custo total da contratação está estimado em R\$ 1.357.297,57 (Um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos)

23. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

23.1. Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – Por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Ao ordenador de Despesas/gestor da Pasta, Contratos e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte-PA, compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

24.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sendo disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que seja devida qualquer indenização aos interessados.

24.3. A anulação do Pregão induz à do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

24.4. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

24.7. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

24.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24.9. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

24.10. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça do Foro da cidade de Redenção PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

24.11. As informações administrativas relativas à licitação serão prestadas pelo Departamento de Licitações, na Avenida das Nações, N.º 73 – Cumaru do Norte – Pará, CEP: 68.398-000, e-mail: **licitacoes@pmcn.pa.gov.br**.

24.12. Os atos do (a) Pregoeiro (a) e Comissão de Apoio representados pela análise e julgamento de recursos, esclarecimentos e as decisões de homologação e adjudicação serão publicados no Diário do Pará (Jornal de Grande Circulação), Imprensa Oficial do Estado do Pará e União e disponibilizados no endereço **<https://pmcn.pa.gov.br>** e mural de licitações.

24.13. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte/PA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.14. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.15. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.16. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.17. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.18. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



Estado do Pará

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

24.19. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial dos Municípios.

24.20. A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

24.21. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

24.22. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

24.23. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

24.24. Caberá ao(à) pregoeiro(a) e equipe de apoio, auxiliados pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

24.25. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

24.26. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via internet, ou através de protocolo na Seção de Licitações, nos endereços indicados no edital ou através da página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

24.27. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

24.28. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Redenção/PA.

Cumaru do Norte-PA, 28 de agosto de 2024.

Celio Marcos Cordeiro

Prefeito



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Definição do objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **Registro de Preço para aquisição de materiais pedagógicos, didáticos e esportivo para suprir demandas da secretaria municipal de Educação, Assistência Social e Esporte do município de Cumaru do Norte- PA.**

1.1.2. Os órgãos requisitantes, descrição dos itens e as quantidades, preços médio e total estão relacionados nas tabelas abaixo:

a) Área Requisitante

| Área Requisitante | Função | Responsável |
|----------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Secretaria de Educação | Secretária Municipal | Augusta Elias P. de S. Martins |
| Secretaria de Assistência Social | Secretária Municipal | Adriana da Silva Carvalho |
| Secretaria de Esporte e Lazer | Secretário Municipal | Antônio Alves de Souza |

b) Descrição dos itens, quantitativo, valor médio e valor total:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Valor Médio | Valor Total |
|---|---|---------|------------|-------------|-------------|
| 1 | ANTENA DE VÔLEI EM FIBRA DE VIDRO | PR | 9, | 242,767 | 2.184,903 |
| Antena Vôlei Oficial com Suporte Rosqueável com Sistema de Fixação em Fibra de Vidro | | | | | |
| 2 | APITO PROFISSIONAL | UND | 56, | 84,74 | 4.745,44 |
| APITO PROFISSIONAL - Confeccionado em pvc, material rígido, potência sonora de 120 decibéis. | | | | | |
| 3 | BANDEIRINHA PARA ÁRBITROS | PR | 10, | 191,40 | 1.914,00 |
| QUADRICULADA FLUORESCENTE ZONA LIVRE É GERALMENTE UTILIZADA PELOS ÁRBITROS EM COMPETIÇÕES PROFISSIONAIS E AMADORAS. DENTRE SUAS CARACTERÍSTICAS ESTÃO A MANETE ADERENTE E MACIA E O BASTÃO DE ALUMÍNIO | | | | | |
| 4 | BANDEIROLA DE ESCANTEIO OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO RECLINÁVEL | KIT | 20, | 686,333 | 13.726,66 |
| FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE (SEP). BASES SEPARADAS, QUE SÃO INSTALADAS NO GRAMADO, PARA QUE A BANDEIROLA POSSA SER REMOVIDA APÓS O JOGO. RECLINÁVEL, COM SISTEMA INTERNO DE MOLAS. | | | | | |
| 5 | BICO PARA BOMBA DE AR PARA ENCHER INFLAR BOLA | UND | 20, | 44,677 | 893,54 |
| BICO PARA BOMBA DE AR PARA ENCHER INFLAR BOLA DE VÁRIAS MODALIDADES ESPORTIVAS | | | | | |
| 6 | BOLA DE BASQUETE | UN | 50, | 215,453 | 10.772,65 |
| Bola esportiva de basquete 7,4 75-78 cm, 600-650g, CAMERA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA, MIOLO SLIP REMOVIVEL E LUBRIFICADA. | | | | | |
| 7 | BOLA DE BORRACHA PARA RECREAÇÃO | UND | 25, | 60,043 | 1.501,075 |
| BOLA DE BORRACHA PARA RECREAÇÃO | | | | | |
| 8 | BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL | UND | 170, | 190,20 | 32.334,00 |
| TOP DE LINHA, PADRÃO OFICIAL, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100%, 8 GOMOS, TECNOLOGIA TERMOTEC, COM CAMADA NEOGEL, VÁLVULA SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, BRANCO COM VERDE, AZUL E CINZA OU BRANCO COM VERMELHO, PRETO E CINZA, DEVERÁ CONTER O SELO DE QUALIDADE "A" APROVADA PELA FIFA, A BOLA DEVERÁ CONTER CÓDIGO DE BARRAS, BOLA OFICIAL DOS PRINCIPAIS CAMPEONATOS ESTADUAIS E DA SÉRIE B DO CAMPEONATO BRASILEIRO, APROVADA PELA FIFA, EMBALAGEM DIFERENCIADA. | | | | | |
| 9 | BOLA DE FUTEBOL DE PRAIA (BEACH SOCCER) | UND | 30, | 248,117 | 7.443,51 |
| MATERIAL EM PU ULTRA 100% 67-68 CM PESO: 440G | | | | | |
| 10 | BOLA DE FUTEBOL SOCIETY PU | UN | 120, | 170,497 | 20.459,64 |
| bola de futebol society ,pu costurado diametro 68 a 69 cm camara butil peso aproximado 420g | | | | | |



Estado do Pará

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|---|---|-----|--------|---------|------------|
| 11 | BOLA DE FUTSAL MASCULINO | UN | 100, | 185,917 | 18.591,70 |
| BOLA DE FUTSAL MASCULINO | | | | | |
| 12 | BOLA DE VÔLEI DE AREIA/ PRAIA | UND | 20, | 139,28 | 2.785,60 |
| Bola de vôlei com design super divertido e bonito. Esta bola tem como o intuito ser mais divertida e confortável em seu momento de lazer. - Revestida com couro sintético macio de microfibra - Tamanho 5 - Oficial - Padrão FIVB - Circunferência: 65/67cm - Peso: 260/280g | | | | | |
| 13 | BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL | UN | 85, | 171,677 | 14.592,545 |
| BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL | | | | | |
| 14 | BOLSA PARA MATERIAL ESPORTIVO PESONALIZADO | UN | 11, | 320,22 | 3.522,42 |
| BOLSA PARA MATERIAL ESPORTIVO PESONALIZADO | | | | | |
| 15 | BOMBA DE ENCHER BOLAS DUPLA AÇÃO | UND | 50, | 66,533 | 3.326,65 |
| 1 MANGUEIRA , 2 BICOS ROSQUEÁVEIS (BOMBA DE AR DOUBLÉ ACTION) | | | | | |
| 16 | BRAÇADEIRA REVERSÍVEL CAPITÃO | UND | 5, | 52,697 | 263,485 |
| Braçadeira reversível Capitão | | | | | |
| 17 | CALIBRADOR DE BOLAS/ DIGITAL | UND | 5, | 199,037 | 995,185 |
| Medidor de pressão para todos os tipos de bolas. Mede a pressão de forma moderna, conta com um sistema versátil e visor diferenciado nas medições. Perfeito e prático para evitar imprevistos, tendo sempre um resultado preciso. | | | | | |
| 18 | CARTÃO PARA ARBITRO DE ANOTAÇÃO-FUTEBOL | UN | 28, | 19,823 | 555,044 |
| Jogo conjunto com cartões de arbitro zona livre composição: Plastico cores vermelho - amarelo | | | | | |
| 19 | CONE DE SINALIZAÇÃO | UND | 20, | 35,28 | 705,60 |
| Cone de sinalização | | | | | |
| 20 | CRONOMETRO DIGITAL | UN | 14, | 81,583 | 1.142,162 |
| tela grande de lcd com ostrador de linha 2 linha mostra a volta mais lenta e calcula o tempo Medio | | | | | |
| 21 | FITA DE MARCAÇÃO OFICIAL PARA VÔLEI DE AREIA/PRAIA | UND | 2, | 185,987 | 371,974 |
| FITA DE MARCAÇÃO OFICIAL PARA VÔLEI DE AREIA/PRAIA | | | | | |
| 22 | FITA PARA MARCAÇÃO OFICIAL DE FUTEBOL DE AREIA (BEACH SOCCER) | UND | 2, | 377,033 | 754,066 |
| MEDINDO: 27X38M, CONTENDO 4 FITAS E 14 FIXADORES DE FERRO. | | | | | |
| 23 | GARRAFA TÉRMICA 12L COM TORNEIRA E PÊS - | UN | 5, | 252,43 | 1.262,15 |
| Garrafa térmica 12l com torneira e pés - garrafa térmica em material plástico resistente, capacidade de 12 litros, com tampas giratórias e de proteção, com torneira e pés, selo de garantia, composição e informações do fabricante Estampados na peça. De boa qualidade. | | | | | |
| 24 | MEDALHA ESPORTIVA EM ACRILICO | UND | 1.200, | 10,377 | 12.452,40 |
| TAMANHO 55MM, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ESPORTES | | | | | |
| 25 | MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC | UND | 20, | 12,68 | 253,60 |
| com o tamanho de 60mm de diâmetro e centro liso com 35mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita personalizada com o nome do município com 2,5cm de largura. (Ouro, Prata, Bronze). Medalha Com personalização, logo prefeitura na frente e competição a ser realizada nas costas. | | | | | |
| 26 | PLACAR ESPORTIVO PARA SUBSTITUIÇÃO DE ATLETAS COM QUATRO DÍGITOS PISTA E CAMPO | UND | 1, | 466,835 | 466,835 |
| TAMANHO: 37 X 84 CM (A X L).• PESO: 3 KG, CONTAGEM DE 0 A 99 - • NÚMEROS SÃO DE PVC MEDINDO 30 X 17,5 CM E CADA PLAQUINHA (QUE GIRA PARA FORMAR A NUMERAÇÃO) TEM A GROSSURA DE 4,5 X 12 CM. | | | | | |
| 27 | REDE DE BASQUETE FIO 4MM TIPO SEDA | PR | 25, | 99,817 | 2.495,425 |
| Rede de Basquete Fio 4mm Tipo Chuá Seda BRANCA | | | | | |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|--|------------|------------|-----------------|-------------------|
| 28 | REDE DE FUTEBOL SOCIETY 5.00MTS NYLON FIO 3 | UN | 30, | 485,287 | 14.558,61 |
| REDE DE FUTEBOL SOCIETY 5.00MTS NYLON FIO 3 | | | | | |
| 29 | REDE DE FUTIBOL DE CAMPO FIO 6MM. | UN | 45, | 1.057,31 | 47.578,95 |
| Rde de futebol para campo fio 6mm. Composição em polipropilenocom UV. Dimensoes aproximadas (LXAXP); 7,5X2,5X2M. | | | | | |
| 30 | REDE DE VOLEY NYLON 4 FAIXAS OFICIAL | UN | 29, | 388,467 | 11.265,543 |
| confeccionada em polieleno de alta densidade 1,5 medidas: 9,50 x1,00 M faixa: sintetica de 5 cm de largura peso: 40g | | | | | |
| 31 | REDE PARA FUTSAL NYLON FIO 3 OFICIAL | UN | 34, | 333,46 | 11.337,64 |
| io 4mm seda 100% poliproleno, tamanho 3,20 comprimento e 2 ,10 altura | | | | | |
| 32 | SACO CARREGAR MATERIAL FARDAMENTO ORIGINAL COM FEIXO GG | UND | 10, | 243,637 | 2.436,37 |
| -MATERIAL: NYLON CONTEM: ALÇA, ZÍPER, QUANTIDADE: 1 UNIDADE, TAMANHO(CM): 82 X 52 X 27 (ALTURA X COMPRIMENTO X LARGURA) | | | | | |
| 33 | TROFÉU COM 50CM DE ALTURA | UND | 20, | 138,37 | 2.767,40 |
| com base com 13,1cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma coroa em polímero com 12 pontas com 15,1cm de largura metalizada na cor dourada, com uma copa interna em polímero metalizada na cor vermelha e uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Este troféu pode ser feito com a copa interna em polímero metalizada nas cores dourada (DO), verde (VR), preta (PT), prata (PR) ou azul (AZE). Com personalização de acordo com a competição Ref: 500841. | | | | | |
| 34 | TROFÉU COM 80CM DE ALTURA | UND | 5, | 549,365 | 2.746,825 |
| base redonda com 21cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e um anel em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este anel uma taça fechada em polímero metalizado na cor dourada com 44cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Cor Bronze. Com personalização de acordo com a competição Ref: 700450. | | | | | |
| 35 | TROFEU CONFECCIONADO EM METAL 20 CM | UND | 50, | 61,50 | 3.075,00 |
| COM ADESIVO COLORIDO COM LOGO E ARTE DO EVENTO 20CM DE ALTURA POR 15CM LARGURA E BASE DE MADEIRA 20CM DE COMPRIMENTO | | | | | |
| 36 | TROFEU CONFECCIONADO EM VIDRO ,40 CM | UN | 50, | 230,435 | 11.521,75 |
| TROFEU CONFECCIONADO EM VIDRO ,40 CM | | | | | |
| 37 | TROFEU CONFECCIONADO EM VIDRO 22 CM | UND | 50, | 126,705 | 6.335,25 |
| COM ADESIVO COLORIDO COM LOGO E ARTE DO EVENTO 20CM DE ALTURA POR 15CM LARGURA E BASE DE VIDRO 20CM DE COMPRIMENTO | | | | | |
| 38 | TROFEU CONFECCIONADO EM VIDRO,30 CM | UN | 50, | 304,605 | 15.230,25 |
| TROFEU CONFECCIONADO EM VIDRO,30 CM | | | | | |
| 39 | TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO 30 CM | UN | 50, | 242,965 | 12.148,25 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO 30 CM | | | | | |
| 40 | TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO, 40 CM | UN | 50, | 217,665 | 10.883,25 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO, 40 CM | | | | | |
| 41 | TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO,60 CM | UN | 50, | 525,535 | 26.276,75 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM ACRILICO,60 CM | | | | | |
| 42 | TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL, 30 CM | UN | 50, | 104,745 | 5.237,25 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL, 30 CM | | | | | |
| 43 | TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL, 40CM | UN | 50, | 238,265 | 11.913,25 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL , 40CM | | | | | |
| 44 | TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL,60CM | UN | 50, | 190,335 | 9.516,75 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM METAL,60CM | | | | | |
| 45 | TROFEU CONFECCIONADOS EM VIDROS, 60CM | UN | 50, | 330,10 | 16.505,00 |
| TROFEU CONFECCIONADOS EM VIDROS, 60CM | | | | | |
| 46 | TROFEU DE MADEIRA E VIDRO 30CM | UND | 50, | 209,485 | 10.474,25 |
| COM ADESIVO COLORIDO COM LOGO E ARTE DO EVENTO 30CM DE ALTURA POR 15CM LARGURA E BASE DE VIDRO 30CM DE | | | | | |



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| COMPRIMENTO | | | | | |
|---|--|------------|-------------|-----------------|------------------|
| 47 | TROFEU DE MADEIRA E VIDRO 40CM | UND | 50, | 364,755 | 18.237,75 |
| COM ADESIVO COLORIDO COM LOGO E ARTE DO EVENTO 30CM DE ALTURA POR 15CM LARGURA E BASE DE VIDRO 30CM DE COMPRIMENTO | | | | | |
| 48 | TROFEU DE MADEIRA E VIDRO 60CM | UND | 50, | 300,335 | 15.016,75 |
| COM ADESIVO COLORIDO COM LOGO E ARTE DO EVENTO 60CM DE ALTURA POR 15CM LARGURA E BASE DE VIDRO 60CM DE COMPRIMENTO | | | | | |
| 49 | ÁBACO ESCOLAR EM MADEIRA | UND | 15, | 105,837 | 1.587,555 |
| <p>- Esta é uma ferramenta Clássica a ser utilizada pelos Educadores no ensino da Matemática aos pequenos, de uma forma muito mais divertida, interessante e eficiente.</p> <p>- Indicado para crianças a partir de 3 anos.</p> <p>- O ábaco mede 30 x 7,5 x 30 cm.</p> <p>- Contém 1 suporte com 100 contas fixas, todas de madeira e em 5 cores.</p> <p>- Feito de madeira maciça de Reflorestamento e Certificada, apenas os eixos (varetas) são de aço.</p> <p>- O Selo de Segurança do Brinquedo do INMetro não é aplicável a este Produto, por este ser uma Ferramenta Educacional.</p> | | | | | |
| 50 | ABC, CUBO ALFABÉTICO. | UND | 20, | 77,13 | 1.542,60 |
| ABC, CUBO ALFABÉTICO. | | | | | |
| 51 | ALFABETO MÓVEL COLORIDO EM MADEIRA COM 40 PEÇAS | UND | 100, | 119,773 | 11.977,30 |
| O Alfabeto Móvel Colorido em Madeira com 40 peças é uma excelente estratégia para os alunos refletirem sobre a base alfabética utilizando as letras móveis como suporte. Utilizando este material, a criança desenvolverá seu espírito de observação, agilidade motora, habilidade de escrita e também a comunicação. Além disso, estará desenvolvendo seu nível de vocabulário, sua linguagem verbal se torna mais fluente e há maior interesse pelo conhecimento de palavras novas. | | | | | |
| 52 | BALANÇO TRADICIONAL EM FERRO - 3 LUGARES | UND | 20, | 3.991,10 | 79.822,00 |
| <p>om armação: Sim</p> <p>Materiais da armação: Ferro,Aço Galvanizado com pintura Epóxi,Correntes Zincadas</p> <p>Materiais do assento: MADEIRA E FERRO</p> <p>Peso máximo suportado: 60 kg</p> <p>Quantidade de assentos: 3</p> <p>Idade mínima recomendada - Idade máxima recomendada: 1 anos - 10 anos</p> | | | | | |
| 53 | BAMBOLE ATIVIDADES FÍSICAS ARCO 65 CM CORES VARIADAS. | UND | 500, | 9,90 | 4.950,00 |
| BAMBOLE ATIVIDADES FÍSICAS ARCO 65 CM CORES VARIADAS. | | | | | |
| 54 | BAÚ PEDAGÓGICO COM 10 JOGOS DE MADEIRA | UND | 100, | 664,017 | 66.401,70 |
| <p>Baú de madeira com dobradiças e fecho, medindo 50x32x25xcm.</p> <p>Acompanha 10 brinquedos:</p> <p>dominó de formas geométricas,</p> <p>jogo de pinos,</p> <p>prancha de seleção,</p> <p>relógio,</p> <p>bate pinos,</p> <p>passa figuras,</p> <p>dominó tradicional,</p> <p>cubos de encaixe,</p> <p>pula corda e</p> <p>palavras cruzadas.</p> | | | | | |
| 55 | BLOCOS DE MONTAR MONTA MONTA COM 28 PEÇAS EDUCATIVO | UND | 15, | 41,553 | 623,295 |
| Blocos De Montar Monta Monta Com 28 Peças Educativo | | | | | |
| 56 | BLOCOS DE MONTAR/ TRENZINHO DIDÁTICO 70 PEÇAS | UND | 100, | 177,11 | 17.711,00 |
| <p>- Baby Land Trenzinho Didático vem com 70 peças para a criança montar e brincar de montão! Acompanha também adesivos para colar nos blocos que estimulam o aprendizado das vogais e dos números.</p> <p>- Trenzinho Didático é um brinquedo super divertido e educativo. Auxilia no aprendizado de números e vogais.</p> | | | | | |



Estado do Pará

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|---|--|------------|------------|----------------|-------------------|
| - Recomendado para crianças a partir de 1 ano | | | | | |
| 57 | BLOCOS LOGICOS EM MDF COM 48 PEÇAS | UND | 8, | 130,083 | 1.040,664 |
| BLOCOS LOGICOS EM M D F COM 48 PEÇAS | | | | | |
| 58 | BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL | UND | 70, | 170,477 | 11.933,39 |
| BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL | | | | | |
| 59 | BOLA DE GUDE | PCT | 50, | 35,545 | 1.777,25 |
| Bola de vidro maciço, pedra, ou metal, normalmente escura, manchada ou intensamente colorida, de tamanho variável, usada em jogos de criança. Outros nomes são: baleba, bilosca, biloca, bila, biosca, bolita, bugalho, búraca, búrica, bute, cabiçulinha, clicca, firo, guelas, nica, peteca, pinica, piroasca, ximbra, boleba, bola de fone, bolega e fubeca. | | | | | |
| 60 | BOLA HANDEBOL FEMININO | UN | 30, | 316,937 | 9.508,11 |
| Bola sem costura, com 32 gomos, confeccionadas com pvc, diâmetro 58-60 cm peso 325-400g | | | | | |
| 61 | BOLA HANDEBOL MASCULINO | UN | 45, | 354,543 | 15.954,435 |
| Bola sem costura com 32 gomos, confeccionadas com pvc, diâmetro 58-60 com peso 425-475 | | | | | |
| 62 | BOLICHE 6 PINOS | UND | 15, | 79,973 | 1.199,595 |
| Brincar de boliche sem sair de casa é sinônimo de conforto, diversão e muito interação entre a criançada. O Kit Boliche tem 6 peças nas cores azul, vermelho e amarelo, num tamanho ideal para todas as idades. A programação de domingo à tarde está garantida e o melhor de tudo: para toda a família. Características: Conteúdo da Embalagem: 01 Kit Boliche 6 pinos Medidas Aprox: 29cm altura x 10cm largura Material Externo: Plástico Marca: Paramount | | | | | |
| 63 | BOMBAS DE ENCHER BOLAS COM AGUNHA | UN | 40, | 49,217 | 1.968,68 |
| BOMBAS DE ENCHER BOLAS COM AGUNHA | | | | | |
| 64 | BRINCANDO COM LETRAS E NÚMEROS - 72 PEÇAS | UND | 15, | 85,863 | 1.287,945 |
| Jogo educativo com 72 peças em madeira apoia os primeiros passos do aprendizado, desafiando as crianças a montarem as frases através do reconhecimento e ordenação das letras e contribuindo na identificação dos números. Indicado para crianças acima dos 4 anos. | | | | | |
| 65 | BRINQUEDO EDUCATIVO ABC MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS | UND | 10, | 201,273 | 2.012,73 |
| Brinquedo Educativo ABC Maiusculas e Minusculas 144 peças Jogo ABC c/ 144 Peças - Com este divertido jogo as crianças poderão aprender a compôr palavras com as letras do alfabeto, além de diferenciar maiúsculas e minúsculas. Indicação de idade + 4 Medidas: 26 x 5 x 20,5 cm "Caixa" | | | | | |
| 66 | BRINQUEDO EDUCATIVO BLOCOS DE MONTAR 500 PEÇAS | UND | 50, | 273,477 | 13.673,85 |
| BRINQUEDO EDUCATIVO BLOCOS DE MONTAR 500 PEÇAS PEDAGÓGICOS DIDÁTICO INFANTIL 500 Bloquinhos - O Ato De Empilhar Ajuda A Desenvolver A Coordenação Motora Fina E A Coordenação Olho-Mão; - Fáceis De Empilhar, Dando As Crianças A Sensação De Confiança; - Incentiva O Pensamento E A Resolução De Problemas Conforme A Criança Descobre Como Empilhar E Construir; Há Décadas Esses Brinquedos São Sinônimos De Qualidade, Confiança E Durabilidade No Aprendizado De Crianças Do Mundo Inteiro. A Criatividade Não Tem Fim Com Esses 500 Blocos De Montar Premiados! Monte, Empilhe E Explore Infinitas Possibilidades Para Construir Com Esse Conjunto Premiado De 500 Blocos De Montar Em Cores Clássicas! Agora Seu Filho Poderá Construir Qualquer Coisa Que Imaginar Ao Usar Os Blocos E Formas Especiais Para Criar Torres, Castelos, Animais Divertidos, Ou Qualquer Coisa Que Possam Sonhar! Peças Sortidas Entre Tamanhos De 2,5cm Á 5cm. Indicação: Maiores De 3 Anos Peso Aproximado: 1335g Cores: Colorido Composição: Plastico Informações complementares Marca Luctoys | | | | | |



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|---|-----|------|---------|----------|
| Quantidade 500 | | | | | |
| 67 | BRINQUEDO EDUCATIVO CUBO DIDÁTICO COM BLOCOS | UND | 70, | 76,123 | 5.328,61 |
| <p>Divertido e colorido cubo didático. Desmonte o cubo e monte um lindo tapete e comece a brincar com as 18 peças para encaixar. Fácil para montar e desmontar. Acompanha números e peças com formas geométricas para encaixar. Incentiva a percepção, o raciocínio lógico, a coordenação motora e auxilia a distinguir formas e cores.</p> <p>Descrição:</p> <p>Marca: Merco Toys</p> <p>Idade: +12 meses</p> <p>Acompanha 18 formas didáticas</p> <p>Cores: Variadas</p> <p>Conteúdo da Embalagem:</p> <p>1 Cubo Didático</p> <p>3 Formas Numéricas</p> <p>3 Formas Alfabeto</p> <p>12 Formas Geométricas</p> | | | | | |
| 68 | BRINQUEDO EDUCATIVO PEDAGÓGICO FORMAS GEOMÉTRICAS | UND | 35, | 103,82 | 3.633,70 |
| <p>ATENÇÃO ===== AS CORES SÃO ALEATÓRIAS</p> <p>Um dos brinquedos educativos mais populares para as famílias são os quebra-cabeças! Este jogo de quebra-cabeça infantil consiste em 16 grandes quebra-cabeças coloridos que podem lidar com formas geométricas!</p> <p>Os jogos educativos de quebra-cabeça, ao mesmo tempo que divertem as crianças, podem ajudar as crianças a estudar os conceitos de movimento, coordenação motora, raciocínio lógico e concentração. Além disso, os brinquedos com encaixe irão atrair a atenção e o sorriso de qualquer criança!</p> | | | | | |
| 69 | BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL DE MADEIRA BLOCOS DE CONSTRUÇÃO | PCT | 100, | 92,817 | 9.281,70 |
| <p>multifuncional De Madeira Blocos de Construção Lubanjiang Cadeira Com Porca Ferramenta Modelo de Montagem do Enigma DIY Brinquedos Presente para Crianças Crianças Bebêpacote: caixa peso: 1200g</p> <p>Material: De Madeira</p> <p>cor: como a imagem</p> <p>tamanho do pacote: 40*6*30 cm</p> <p>para a idade: acima de 3 anos</p> | | | | | |
| 70 | BRINQUEDO PEDAGÓGICO BRINCANDO COM AS LETRAS 173 PEÇAS | UND | 50, | 114,493 | 5.724,65 |
| <p>Cor Multicolor</p> <p>Tamanho Multicolor</p> <p>Marca Pais e Filhos</p> <p>Peso do produto 435 Gramas</p> <p>Dimensões do item C x L x A 12 x 12 x 18 centímetros</p> <p>Sobre este item</p> <p>Brinquedo pedagógico brincando com as letras 173 peças pote</p> <p>Marca: Pais E Filhos</p> <p>Crianças de até 7 anos</p> | | | | | |
| 71 | BRINQUEDO TORRE DE HANOI | UND | 16, | 59,927 | 958,832 |
| <p>A torre de Hanói pequeno jogo matemático simples, mas divertido. O jogo consiste em passar a torre de um lugar para outro sem que uma peça maior fique por cima de uma menor. Este jogo desenvolve as seguintes habilidades:</p> <p>Desenvolve agilidade mental ao passar rapidamente a peça de um lugar para outro</p> <p>Desenvolva o pensamento lógico matemático contando e contando!</p> <p>Desenvolva a autonomia através do jogo</p> <p>Estimula a concentração completando o jogo</p> <p>desenvolver paciência</p> <p>Desenvolve a coordenação viso-espacial</p> <p>Estimula a imaginação e a memória</p> | | | | | |
| 72 | BRINQUEDO TORRE DIVERTIDA 9 POTES | UND | 20, | 97,083 | 1.941,66 |
| <p>Torre Divertida 9 Potes un Sortido Este kit contém 9 potes no formato de copos com diferentes tamanhos. Empilhando, eles se transformam em uma</p> | | | | | |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

torre divertida Os potinhos são pequenos, fáceis de manusear. Um brinquedo perfeito para estimular as atividades de empilhar e encaixar, auxiliando os pequenos exploradores a reconhecerem tamanhos e cores.

Especificações Dimensões do produto C x L x A: 23 x 13 x 6 cm Peso do produto: 0,163 g Dimensões embalagem C x L x A: 25 x 15 x 8 cm Peso com embalagem: 0,263 g

| | | | | | |
|-----------|---|------------|-----------|----------------|------------------|
| 73 | CAIXA EDUCATIVA BLOCOS DE MONTAR 120 PEÇAS - BRINQUEDO INFANTIL DIDÁTICO | UND | 5, | 297,853 | 1.489,265 |
|-----------|---|------------|-----------|----------------|------------------|

Brinquedos que ensinam enquanto divertem, cores chamativas e formatos que estimulam a parte sensorial da criança. Deixa seu pequenino usar a imaginação e se divertir muito.
- Recomendação: Para crianças a partir de 18 meses.

| | | | | | |
|-----------|--|------------|------------|----------------|------------------|
| 74 | CAIXA EDUCATIVA COM BLOCOS DE MONTAR 34 PEÇAS | UND | 15, | 145,147 | 2.177,205 |
|-----------|--|------------|------------|----------------|------------------|

Caixa Educativa proporciona momentos de diversão, estimula a criatividade e a coordenação motora. Os blocos coloridos inclusos se encaixam entre si.

Contém: 1 tampa, 6 formas geométricas, 2 engrenagens, 1 caixa, 3 pinos tronco, 3 pinos simples, 2 pinos triplos, 2 pinos com rodas, 1 rostinho, 8 pinos duplos e 2 pinos quádruplos.

| | | | | | |
|-----------|-------------------------------------|-----------|------------|-----------------|------------------|
| 75 | CAMA ELASTICA PROPRIOCEPTIVA | UN | 10, | 2.437,05 | 24.370,50 |
|-----------|-------------------------------------|-----------|------------|-----------------|------------------|

Estrutura tubular em aço pintado com tratamento anti- ferruginoso, Parte superior em nylon reforçado com molas para movimento de balança. Proteção lateral em courvin-saia para proteção das molas 06 pes com ponteiros de borracha anti-derrapante. 32 molas , dimensoes aproximada;95x19 cm, capacidade de 150 kg.

| | | | | | |
|-----------|---------------------------|------------|------------|----------------|------------------|
| 76 | CAMINHA EMPILHÁVEL | UND | 30, | 450,667 | 13.520,01 |
|-----------|---------------------------|------------|------------|----------------|------------------|

Super leve; não encosta no chão;
Super moderna; tecido antifúngico;
Costurado e selado com cola quente;
Tubos laterais em alumínio e por isso não enferrujam;
Fácil armazenagem pois pode-se empilhar após o uso;
Fácil de lavar;
Fácil montagem e desmontagem;

| | | | | | |
|-----------|------------------------------------|------------|------------|----------------|-----------------|
| 77 | CASA DE BONECA BARBIE - MDF | UND | 10, | 882,633 | 8.826,33 |
|-----------|------------------------------------|------------|------------|----------------|-----------------|

CASINHA DE MDF CONFECCIONADA ATRAVÉS DO PROCESSO DE CORTE A LASER.
PRODUZIDA EM MDF DE 3MM DE ESPESSURA, A CASINHA POSSUI DIVERSOS CÔMODOS O QUAL A CRIANÇA PODE COLOCAR SEUS MÓVEIS, AS BONECAS, E OS DEMAIS ACESSÓRIOS.
INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 4 ANOS POR CONTER PEÇAS PEQUENAS. NECESSITA COLAGEM.
DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: 91 X 50 X 120 CM
(LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA)

| | | | | | |
|-----------|---|------------|------------|---------------|-----------------|
| 78 | CASINHA DE TEATRO PARA FANTOCHE INFANTIL | UND | 10, | 455,18 | 4.551,80 |
|-----------|---|------------|------------|---------------|-----------------|

CASINHA DE TEATRO PARA FANTOCHE INFANTIL

| | | | | | |
|-----------|-------------------------------------|------------|------------|----------------|-----------------|
| 79 | COMBINE E ENCAIXE EM MADEIRA | UND | 10, | 215,937 | 2.159,37 |
|-----------|-------------------------------------|------------|------------|----------------|-----------------|

Com o brinquedo educativo combine e encaixe, a criança vai exercitar a concentração e a criatividade, memorizar as cores, e trabalhar a coordenação motora.

O brinquedo vem com uma base em madeira, 9 modelos diferentes de gabaritos (para alternar a ordem das cores), e 10 argolas coloridas.
Para brincar, a criança deve posicionar um dos gabaritos na base e colocar as argolas na haste de acordo com as cores do gabarito.
A base do brinquedo mede 27x15x9cm
Idade: 3 anos

| | | | | | |
|-----------|---------------------------------------|-----------|-------------|---------------|------------------|
| 80 | CONE 24CM + ESCADA + 10 CHAPEL | UN | 110, | 334,31 | 36.774,10 |
|-----------|---------------------------------------|-----------|-------------|---------------|------------------|

CONE 24CM + ESCADA + 10 CHAPEL

| | | | | | |
|-----------|--------------------|------------|------------|-------------|---------------|
| 81 | CONE CHINÊS | UND | 60, | 7,45 | 447,00 |
|-----------|--------------------|------------|------------|-------------|---------------|

10 UNIDADES

| | | | | | |
|-----------|------------------------------|-----------|------------|--------------|-----------------|
| 82 | CONE SINALIZAÇÃO 50CM | UN | 70, | 50,50 | 3.535,00 |
|-----------|------------------------------|-----------|------------|--------------|-----------------|

CONE SINALIZAÇÃO 50CM



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|---|------------|-------------|----------------|-------------------|
| 83 | CONJUNTO CRIATIVO ENCAIXANDO FORMAS -210 PEÇAS | UND | 5, | 381,89 | 1.909,45 |
| <p>Blocos de montar estimulam o desenvolvimento da criatividade e raciocínio lógico para a resolução de problemas e experimentação, proporcionando uma aprendizagem lúdica. Os conjuntos de blocos oferecem diferentes tipos de encaixe, tamanhos e cores. Para crianças acima de 2 Anos , 210 peças</p> | | | | | |
| 84 | CORDA PARA PULAR C/ MANOPLAS | UND | 80, | 46,26 | 3.700,80 |
| TAMANHO 2 METROS | | | | | |
| 85 | DEDOCHE DIVERTIDO SAFARI 5 ANIMAIS | UND | 20, | 66,32 | 1.326,40 |
| <p>Características: - Tamanho: 5 x 5 x 3 cm - Personagens: Zebra, Tigre, Elefante, Macaco e Girafa. - Material: PVC Embalagem: 1 kit com 5 personagens, sendo eles: Zebra, Tigre, Elefante, Macaco e Girafa. Benefícios: - Possibilita Criar Várias Brincadeiras - É possível interagir com Várias Crianças - Adultos ou Crianças Podem Criar Teatros - Estimula a Imaginação, Criatividade, Coordenação Motora, entre outros Aspectos Positivos.</p> | | | | | |
| 86 | DINHEIRINHO DE PAPEL BRINQUEDO INFANTIL | PCT | 100, | 27,157 | 2.715,70 |
| <p>deal para educar as crianças a lidar com o dinheiro. Também pode ser utilizado para substituir o dinheiro dos jogos de tabuleiros, incluir dentro de lembranças de aniversário, festa junina, entre outras alternativas. -Contém: 600 Notas -Para destacar e brincar -Composição. Papel e polipropileno</p> | | | | | |
| 87 | ESCORREGADOR INFANTIL MÉDIO 3 DEGRAUS | UND | 25, | 564,443 | 14.111,075 |
| <p>O Escorregador Médio 3 Degraus possui escada com bordas salientes e anatômica, o que dá mais segurança para as crianças na hora da brincadeira. A rampa mais larga e a altura dos protetores laterais no topo da rampa impedem que a criança caia para os lados. A sua prancha tem encaixe para piscina ou tanque de areia. Muito fácil e prático de montar. Resistente ao sol e à chuva, para limpá-lo basta um pano com água e sabão, e pronto. É colorido, compacto e resistente. A criança vai se divertir muito!</p> | | | | | |
| 88 | FANTOCHES ANIMAIS SELVAGENS | UND | 20, | 347,41 | 6.948,20 |
| <p>Conjunto de Fantoques de Animais Selvagens, para criar e contar histórias. Composto por: girafa, jacaré, macaco, sapo, arara, tartaruga, lobo, leão, tucano e elefante. Material: feltro Tamanho: 60 cm Faixa etária: a partir de 03 anos.</p> | | | | | |
| 89 | FANTOCHES CASAL MENINO E MENINA | UND | 20, | 377,367 | 7.547,34 |
| <p>Fantoche de Mão Casal Menino E Menina O fantoche proporciona inúmeras formas de diversão e aprendizado, estimulando a criatividade e dinâmica, seja da criança ou adulto. É uma forma divertida e criativa de integração entre adultos e crianças, mostrando a valor de uma brincadeira saudável. Os fantoches pertencem a linha Premium pois são confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, lã, welboa, pelúcia, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestida de feltro, com olhos de plástico. Todos os materiais especialmente separados para que você tenha total conforto ao manuseá-los. Possui certificado do Inmetro. Itens Inclusos: 1 - Menino 1 - Menina Tamanho aproximado de cada fantoche 60cm.</p> | | | | | |
| 90 | FANTOCHES DE SUPER-HERÓIS | UND | 20, | 354,063 | 7.081,26 |
| <p>Os dedoches são fantoches de dedo utilizados para contar e divertir as histórias, estimulam a memória e o raciocínio. Com as suas cores e o movimento dos dedos, os dedoches distraem e fazem com que as crianças imaginem que aquele personagem faz parte de</p> | | | | | |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|--|------------|------------|------------------|-------------------|
| <p>uma grande história. Confeccionados em feltro e costurados artesanalmente. Tamanho aproximado 60cm de altura. São vários personagens Super-Homem, Batman, Homem de Ferro, Mulher Maravilha, Capitão America, Hulk, Flash, Homem Aranha e Lanterna Verde.</p> | | | | | |
| 91 | GANGORRA 02 PRANCHAS | UND | 50, | 2.171,977 | 108.598,85 |
| <p>PÉS EM TUBO DE 2" ESPESSURA 3 MM COM 1,50 M DE COMPRIMENTO. SUPORTE EM TUBO 2" ESPESSURA 3 MM. PRANCHAS EM TUBO DE 1 ½" E 1 ¼" COM ESPESSURA DE 3 MM. ADULTO 3,00 M DE COMPRIMENTO. INFANTIL 2,00 M DE COMPRIMENTO. PEGA MÃO (ALÇA DE SEGURANÇA) EM TUBOS DE 1" ESPESSURA 2 MM. ASSENTOS EM MADEIRA DE LEI 0,2M X 2M X 0,4M. OBS: TODA A PARTE METÁLICA COM PINTURA EPÓXI PÓ COM PROTEÇÃO ULTRA VIOLETA PARA NÃO PERDER O TOM DA COR EXPOSTA AO SOL E INSTALAÇÃO SEM CUSTOS ADICIONAIS.</p> | | | | | |
| 92 | GIRA-GIRA | UND | 10, | 3.018,647 | 30.186,47 |
| <p>PARA 6 CRIANÇAS. CARACTERÍSTICAS: CONCEITO DO ANTIGO GIRA-GIRA DE METAL, NÃO TEMÁTICO, SEM FORMAS DE BICHOS, TOTALMENTE EM PLÁSTICO, COM EIXO METÁLICO REVESTIDO PELA BASE E PELOS ASSENTOS GIRATÓRIOS. ESTRUTURA METÁLICA INTERNA (NÃO APARENTE) NA BASE, PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA AO PRODUTO. CONFECCIONADO COM PEÇA COMPOSTA POR 3 PARTES : BASE, ASSENTOS GIRATÓRIOS SUSPENSOS E VOLANTE. BASE EM FORMATO CIRCULAR, COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR SEGURANÇA E DRENOS PARA EVITAR ACÚMULO DE ÁGUA, COM 4 SALIÊNCIAS MAIORES DO QUE A BASE QUE POSSIBILITAM A FIXAÇÃO NO CHÃO CASO NECESSÁRIO. ASSENTOS SUSPENSOS PARA 4 CRIANÇAS BRINCAREM AO MESMO TEMPO. O MOVIMENTO É GERADO PELA FORÇA FEITA NO VOLANTE. NÃO HÁ CONTATO (PLÁSTICO SOBRE PLÁSTICO) ENTRE A PEÇA QUE CONTÉM OS ASSENTOS E A BASE. PEÇA DE BAIXO ATRITO ENTRE OS ASSENTOS E A BASE QUE PERMITE QUE O CONJUNTO GIRE COM LEVEZA MESMO QUANDO COM 4 CRIANÇAS. O BRINQUEDO SUPORTA ATÉ 80 KG EM CADA ASSENTO, SEM DEFORMAÇÃO. DIMENSÕES: 1,5M DE DIÂMETRO E 1,5M DE ALTURA.</p> | | | | | |
| 93 | JOGO BASQUETE DE MESA BRINQUEDO EM MADEIRA | UND | 20, | 118,293 | 2.365,86 |
| <p>Medidas: 19cm de comprimento, 24cm de altura Atenção: Quando aperta, não usa muita força para evitar quebrar. Veja o vídeo de como jogar com mini basquete na mesa. Especificação: 100% Novo Material: madeira</p> | | | | | |
| 94 | JOGO BLOCOS QUEBRA-CABEÇAS ZOOLOGICO INFANTIL 36 PEÇAS | UND | 15, | 69,37 | 1.040,55 |
| <p>A linha blocos quebra cabeças foi desenvolvida especialmente para as crianças acima de 2 anos. Confeccionado em madeira reflorestada e com tinta atóxica, suas peças possuem espessura maior para facilitar a montagem pela criança. O jogo possui 36 peças que formam 9 cenas com 4 peças cada. É um ótimo produto para iniciar a introdução de jogos educativos nas brincadeiras dos pequenos. Tipo de jogo: Educativo Quantidade de peças: 36</p> | | | | | |
| 95 | JOGO DE DOMINÓ PROFISSIONAL | UND | 60, | 63,92 | 3.835,20 |
| <p>JOGO DE DOMINÓ PROFISSIONAL</p> | | | | | |
| 96 | JOGO DE TABULEIRO SOLETRANDO | UND | 50, | 138,373 | 6.918,65 |
| <p>Ouça com atenção e soletra letra por letra a palavra certa. é um jogo dinâmico e divertido de soletração, onde a criança terá que soletrar corretamente para ir subindo de nível. Aqui quem soletra é você!</p> | | | | | |
| 97 | JOGO EQUILIBRIO DAS ESCADAS | UND | 14, | 85,082 | 1.191,148 |
| <p>O jogo Equilíbrio das Escadas da linha Jogação da Xalingo Brinquedos vai entreter a criançada. As crianças precisam equilibrar as escadas sem derrubar. As escadas devem ser empilhadas com cuidado, para que a torre em construção não se desequilibre e caia. Pode ser jogado por 1 a 4 jogadores. Contribui no desenvolvimento da coordenação motora fina e do raciocínio lógico.</p> | | | | | |
| 98 | JOGO MEMÓRIA DAS SOMBRAS BRINQUEDO EDUCATIVO - LINHA TDAH | UND | 15, | 49,43 | 741,45 |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

O JOGO DA MEMÓRIA SOMBRAS este jogo possibilita desenvolver a atenção, a percepção visual e a memória, identificar semelhanças e diferenças, além de chamar a atenção para a identificação dos animais e suas respectivas sombras.

Modo de brincar: O jogo da memória pode ser jogado em duplas ou em equipe com até 4 participantes. Inicia-se por misturar as peças, colocando-as sobre a mesa com as figuras voltadas para baixo.

O par é composto por uma peça com a imagem, e outra peça com a sua sombra. O primeiro jogador vira duas peças na tentativa de achar o par e, se conseguir, pega para si, tendo direito a mais uma jogada.

Caso não consiga, vira novamente as peças, deixando-as nos mesmos lugares, para que os outros jogadores possam memorizar as posições das figuras, passando a vez ao jogador seguinte.

Assim, sucessivamente, até serem retiradas todas as peças da mesa. Ganha o jogo quem tiver o maior número de pares.

BENEFÍCIOS:

- Desenvolve a memória;
- Desenvolve a atenção;
- Desenvolve a percepção visual.

COMPOSTO POR: 24 peças em madeira reflorestada.

COMPOSTO POR: 24 peças em madeira reflorestada.

DIMENSÕES: Medidas da peças 4,5 cm de diâmetro e Medidas da caixa 20,5 x 15,5 x 5 cm.

COMPOSIÇÃO: Madeira reflorestada.

Indicado para maiores de 3 anos.

| 99 | JOGO PEGA VARETAS | UND | 100, | 39,827 | 3.982,70 |
|--|--|-----|------|---------|-----------|
| <p>Jogo Pega Varetas</p> <p>O jogo Pega Varetas é composto de 31 varetas coloridas, cada cor possui um valor de pontuação diferente. O objetivo é retirar as varetas do monte sem mexer as demais, somando o número de pontos maior do que o oponente. Pode ser jogado entre dois ou mais jogadores. Quando não houverem mais vareta sobre a mesa, cada jogador deve somar a pontuação das varetas de sua posse. Aquele que somar a maior pontuação será o vencedor.</p> | | | | | |
| 100 | JOGOS 6X1 LINHA PASSATEMPO | UND | 10, | 233,793 | 2.337,93 |
| <p>Jogos 6X1 Diversão Para Toda Família 240 Peças Xalingo 17354</p> <p>O 6x1 Jogos, da Linha Passatempo, possibilita desenvolver o pensamento lógico, a atenção e a percepção visual, além de poder reunir toda a família para bons momentos de diversão.</p> <p>Com a Linha Passatempo os momentos de diversão e descontração em família ou com amigos estão garantidos. São 6 jogos dentro de uma mesma embalagem. A família toda pode jogar com dominó, loto, pega-varetas, damas, ludo ou trilha.</p> <p>Contém: 28 peças de dominó, 48 cartelas loto, 90 pedras loto, 31 varetas, 24 peças de damas, 16 cones, 1 dado e 2 chapas de madeira reflorestada. Contém 240 peças e é indicado para crianças a partir de 8 anos. É diversão garantida!</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não recomendável para crianças menores de 3 anos. - Desenvolve o pensamento lógico, a atenção e a percepção visual! - 6X1 Jogos. - Idade recomendada: A partir de 8 anos. - 240 Peças. - Madeira reflorestada. | | | | | |
| 101 | KIT ARGOLA DE AGILIDADE FUNCIONAL 12 UNIDADES | UND | 30, | 262,593 | 7.877,79 |
| <p>Kit Funcional Argolas De Agilidade 12 Unidades Yangfit Com Conectores. As Argolas de Agilidade são bastante utilizados nos treinos funcionais de agilidade. Elas podem ser usadas singularmente ou unidos (com conectores enviados junto com as argolas), criando assim percursos para correr entre elas. Benefícios de treinamentos com argolas de agilidade: resistência muscular, coordenação motora, agilidade, velocidade e resistência cardiorrespiratória. Especificações Técnicas do Kit Funcional Argolas de Agilidade: Tamanho do diâmetro: 40cm. Material: PVC (Polipropileno). Contém 12 unidade de argolas e os conectores. OBS: Cores sortidas.</p> | | | | | |
| 102 | KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 2 ANOS | KIT | 100, | 222,75 | 22.275,00 |



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|---|---|-----|------|-----------|------------|
| KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 2 ANOS | | | | | |
| 103 | KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 3 ANOS | KIT | 100, | 259,827 | 25.982,70 |
| KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 3 ANOS | | | | | |
| 104 | KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 5 ANOS | KIT | 200, | 331,497 | 66.299,40 |
| KIT BRINQUEDOS EDUCATIVOS/ FAIXA ETÁRIA 5 ANOS | | | | | |
| 105 | KIT COM 8 CONES 24 CM FURADOS + BARREIRA TREINO AGILIDADE | UND | 23, | 259,097 | 5.959,231 |
| Kit Com 8 Cones 24 Cm Furados + Barreira Treino Agilidade | | | | | |
| 4 Barreira com 8 cones furados. | | | | | |
| A Barreira de salto com cone foi desenvolvida para treinamentos funcionais e esportivos, auxiliando no desenvolvimento de agilidade, impulsão e precisão nos movimentos. | | | | | |
| Composição: | | | | | |
| - Bastão produzidos em polietileno e PVC rígido. | | | | | |
| - Os cones que formam a barreira de agilidade possuem furos em diferentes alturas para o encaixe do bastão, configurando rapidamente o nível desejado. | | | | | |
| - Pode ser ajustado para as seguintes alturas: 7 cm, 14 cm ou 19 cm. | | | | | |
| - Resistente. | | | | | |
| - Possibilidade de uso dos cones isoladamente em outras atividades. | | | | | |
| - Desmontável. | | | | | |
| - Cone com 24 cm. | | | | | |
| - Bastão com 80 cm | | | | | |
| - Referente a 8 cones e 4 bastões. | | | | | |
| - Cor: Variadas. | | | | | |
| 106 | KIT DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PEDAGOGICOS DE MADEIRA BRINCAR E LER | KIT | 50, | 384,967 | 19.248,35 |
| KIT DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PEDAGÓGICOS DE MADEIRA BRINCAR E LER | | | | | |
| 107 | MASSA DE MODELAR CX C/ 12 CORES | UND | 200, | 11,443 | 2.288,60 |
| Cor 12 cores; Composição/Material Ceras e Pigmentos; atóxico; Dimensões aproximadas da embalagem (cm) – AxLxP 0,9x8,9x22,6 | | | | | |
| 108 | MOSAICO EM MADEIRA TRAPÉZIOS 72 PEÇAS | UND | 15, | 104,09 | 1.561,35 |
| Brinquedo educativo de valor didático e pedagógico. Proporciona desenvolvimento da percepção visual, o pensamento lógico, noção de espaço, cor e forma. Com 72 peças coloridas em madeira reflorestada e com tinta atóxica. Indicado para meninos e meninas a partir dos 4 anos de idade. | | | | | |
| Especificações: | | | | | |
| - Tipo de jogo: Educativo; | | | | | |
| - Quantidade de peças: 72; | | | | | |
| - Conteúdo da embalagem: - 01 Jogo; | | | | | |
| - Idade recomendada: Acima dos 4 anos; | | | | | |
| - Peso aproximado da embalagem: 4,2 kg; | | | | | |
| Dimensões: | | | | | |
| - Tamanho: 31 x 23,5 x 6 cm (Comprimento x Altura x Largura); | | | | | |
| 109 | PAINEL PSICOMOTOR KIT 4 PEÇAS BRINQUEDO PEDAGOGICO MADEIRA | UND | 4, | 500,963 | 2.003,852 |
| Confeccionados em M.D.F. composto por 4 pinos e 4 painéis vazados em forma de cursos (curvilíneo; fantástico; pré escrita e linear), pintados nas cores vermelho, verde, amarelo e azul, com tinta ultravioleta atóxica. | | | | | |
| Este é o brinquedo ideal para ajudar as Crianças em suas primeiras descobertas e desenvolvimento criativo. | | | | | |
| Perfeito para creches, escolas, condomínios e brinquedotecas. Além de estimular as brincadeiras em casa. | | | | | |
| Indicado para crianças acima de 3 anos. | | | | | |
| Material: Madeira. | | | | | |
| 110 | PEGA VARETAS GIGANTE EM MADEIRA COM 31 VARETAS | UND | 20, | 207,277 | 4.145,54 |
| Jogo composto por 31 varetas coloridas de madeira, medindo aproximadamente 55 cm. Sendo 5 varetas azul, 10 vermelhas, 10 amarelas, 5 verdes e 1 na cor preta, cada uma com pontuações diferentes. | | | | | |
| 111 | PISCINA DE BOLINHAS PREMIUM- ACOMPANHA 1.000 BOLINHAS TOP COLORIDAS | UND | 12, | 1.955,623 | 23.467,476 |



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|---|--|-----|------|---------|-----------|
| PISCINA DE BOLINHAS PREMIUM-PISCINA DE BOLINHAS PREMIUM - MEDIDAS 1,5M X 1,5M - ACOMPANHA 1.000 BOLINHAS TOP COLORIDAS | | | | | |
| 112 | QUEBRA-CABEÇA APRENDENDO AS HORAS - LINHA TDAH | UND | 20, | 83,31 | 1.666,20 |
| <p>Quebra-cabeça Aprendendo as Horas - Linha TDAH</p> <p>O quebra-cabeça Relógio Aprendendo as Horas, proporciona um aprendizado divertido sobre as horas e números. De forma lúdica e criativa, a criança pode montar e desmontar as peças de cada hora do relógio, associando números e quantidades através de suas ilustrações.</p> <p>Este produto contém 13 peças e é indicado para crianças a partir de 5 anos, e também para crianças com TDAH, pois auxilia na concentração, criatividade, paciência e autocontrole.</p> <p>Especificações:</p> <p>Dimensões Aproximadas: 27x6x35cm</p> <p>Idade Recomendada: A partir de 5 anos</p> <p>Quantidade de Peças: 13 peças</p> | | | | | |
| 113 | QUEBRA-CABEÇA DE ENCAIXE EXPRESSÕES - LINHA TDAH | UND | 20, | 90,087 | 1.801,74 |
| <p>Quebra-cabeça de Encaixe Expressões - Linha TDAH</p> <p>É um quebra-cabeça de encaixe que incentiva as crianças a expressarem seus sentimentos de forma divertida. São 25 peças para formar diversas expressões e sentimentos.</p> <p>Modo de brincar: Com o auxílio da base de quebra-cabeças em formato de tigre, a criança deve posicionar as peças nas silhuetas de contorno correspondente, formando diversas expressões para o personagem. Através da brincadeira a criança pode expressar o que está sentindo, possibilitando aos pais e responsáveis compreenderem melhor os sentimentos dos pequenos.</p> <p>Benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolve o raciocínio lógico; - Desenvolve a coordenação motora fina, - Auxilia na concentração, - Auxilia criatividade, paciência e autocontrole. <p>Especificações:</p> <p>25 peças e uma base em madeira reflorestada.</p> <p>Medidas da caixa: 40 x 30 x 6 cm.</p> <p>Composição: Madeira reflorestada.</p> <p>Indicado para maiores de 3 anos.</p> | | | | | |
| 114 | QUEBRA-CABEÇA INFANTIL COM PINOS | UND | 40, | 55,967 | 2.238,68 |
| <p>Material: MDF - 7 peças - 300x220x6 mm (placa)</p> <p>Embalagem: PVC Encolhível</p> | | | | | |
| 115 | QUEBRA CABEÇA INFANTIL - JARDIM | UND | 20, | 36,36 | 727,20 |
| <p>Quebra cabeças com imagens variadas para crianças a partir de 2 anos.</p> <p>Feito em MDF com aplicação de adesivo resistente à água.</p> <p>Moldura pintada com tinta acrílica - cores sortidas</p> <p>CONSULTAR DISPONIBILIDADE</p> <p>Medindo 20 X 20 cm (peças com 5 cm)</p> <p>Ótimo pra desenvolver o raciocínio, a memória e a coordenação motora dos pequenos.</p> <p>DIVIRTA-SE!</p> | | | | | |
| 116 | SLIME COM GLITTER PUXA PUXA – 180 GRAMAS CORES VARIADAS | UND | 100, | 13,013 | 1.301,30 |
| <p>Pote contém 1 geleia slime com glitter com 180g;</p> <p>Produto a base de água, é lavável e não mancha a roupa;</p> <p>Recomendado para crianças a partir de 3 anos de idade;</p> <p>Diverte e desenvolve a criatividade;</p> | | | | | |
| 117 | STEAM BRINQUEDO EDUCATIVO APRENDENDO A CALCULAR. | UND | 15, | 153,057 | 2.295,855 |
| <p>Com o jogo educativo da linha Steam Aprendendo a Calcular , Brinquedos que as crianças irão aprender cálculos matemáticos e estratégias. Contém 79 peças: 4 tabuleiros plásticos, com 18 números cada, marcados de 1 a 18, 72 anéis de plástico em 4 cores (18 anéis de cada cor), 3 dados de jogo. O objetivo do jogo é completar os 18 números contidos no tabuleiro. A criança pode completar utilizando os números sorteados nos dados ou</p> | | | | | |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|--|------------|-------------|----------------|------------------|
| realizando operações matemáticas. Estimula a memória e o raciocínio lógico. | | | | | |
| 118 | SUPER KIT COZINHA INFANTIL | UND | 10, | 226,377 | 2.263,77 |
| <p>Super kit cozinha infantil eletro legumes café batedeira 52pç Produto em estoque O kit vem com jogo de xícaras, jogo de panelinhas, louça, cafeteira, geladeira, fogão, legumes, air fryer, liquidificador, batedeira 1 açucareiro: 11 cm de largura x 8 cm de altura 4 tamanho da xícara : 6 cm de largura x 5 cm de altura com colher - 4 tamanho do pires : 9 cm de largura x 9 cm de altura 1 bule: 14 cm de largura x 9 cm de altura 7 panelinhas: 12 cm de largura x 5 cm de altura com 2 acessórios sortidos 1 panelinha de pressão 19 cm de comprimento, 9cm de largura, 10cm de altura com 2 acessórios sortidos ----- - 2 pratos tamanho 10 cm de largura x 10 cm de altura - 2 copos tamanho 6 cm de altura x 4 cm de largura - 2 garfos tamanho 8 cm de altura x 3 cm de largura - 2 facas tamanho 8 cm de altura x 3 cm de largura 1 cafeteira de aproximadamente 19cm de altura x 12 cm de largura com 1 cápsula de brinquedo 1 geladeira: 38cm de altura x 15 cm de largura com forminha de gelo e 1 copo 1 fogão : 18cm de altura x 20 cm de largura - tamanho das panelinha: 5 cm de altura x 10 cm de comprimento - tamanho da frigideira: 5 cm de altura x 14 cm de comprimento 6 unidades de legumes 1 air fryer de aproximadamente 13cm de altura x 9 cm de largura com gaveta removível 1 liquidificador de aproximadamente 17 cm de altura x 9,5 cm de largura 1 batedeira de aproximadamente 15 cm de altura x 12 cm de largura .</p> | | | | | |
| 119 | TAPETE DE EVA LETRAS E NÚMEROS 36 PEÇAS 9X9CM | UND | 30, | 151,33 | 4.539,90 |
| <p>TAPETE DE EVA LETRAS E NÚMEROS 36 PEÇAS 9X9CM Tapete em EVA com 26 Letras e 10 números, tudo muito colorido e do tamanho de 9 centímetros cada quadradinho, muito utilizado como apoio didático, decoração, e muitas outras coisas. Obs: Imagens meramente ilustrativas as cores podem variar Especificações: Material: E.V.A Modelo: Tapete com Alfabeto e Números Marca: EVA kids Uso: Didático e para Decoração Indicação: Maiores de 3 anos Quantidade: 1 kit com 36 peças coloridas</p> | | | | | |
| 120 | TATAME TAPETE EVA MACIO INFANTIL 50X50CM | UND | 130, | 201,137 | 26.147,81 |
| <p>KIT COM 9 TAPETES EVA EM CORES SORTIDAS MEDIDA: 50x50x1cm (1CM de espessura) MEDIDA DO KIT MONTADO: 2,25m²</p> | | | | | |
| 121 | TUNEL CENTOPEIA INFANTIL SANFONADO | UND | 20, | 527,63 | 10.552,60 |
| TUNEL CENTOPEIA INFANTIL SANFONADO | | | | | |
| 122 | BALDINHO DE PRAIA C/10 ACESSORIOS | UND | 100, | 87,70 | 8.770,00 |
| Balde De Praia, Incluindo Pá De Areia, Ferramenta De Escavação E Brinquedo De Jogo De Água | | | | | |
| 123 | BAMBOLE OFICIAL | UN | 100, | 76,083 | 7.608,30 |
| BAMBOLÊ, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, DIÂMETRO DE 60 CM E TUBO DE 16 MM E PAREDE DE 1.2 MM. | | | | | |
| 124 | BOLA DE FUTSAL- INFANTIL | UND | 15, | 135,973 | 2.039,595 |
| <p>A mini bola futebol futsal salão costurada infantil para lembrancinhas, aniversários, brindes, eventos, doações, festas ou revender. Faça uma criança feliz! Medidas: 19 cm Diâmetro. Costurada: à máquina. Peso: 150 g. Composição: PVC.</p> | | | | | |
| 125 | BOLA DE HANDEBOL - INFANTIL | UND | 15, | 137,61 | 2.064,15 |
| <p>Cor Verde Limão Gênero Infantil Indicado Para Handball Marca Penalty Medida Embalagem de Envio GG: 40x50</p> | | | | | |



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|---|------------|-------------|------------------|------------------|
| Peso 1Kg Tamanho | | | | | |
| 126 | BOLA DE VÔLEI BOL - INFANTIL | UND | 20, | 168,40 | 3.368,00 |
| Circunferência: 60 a 63 cm Peso: 240g a 270g. Gomos: 18 Gomos. Material: PU Construção: Ultra Fusion. Sistema de Forro: Termofixo. Câmara: 6D. Miolo: Capsula SIS. Dupla Colagem. | | | | | |
| 127 | BOLINHAS DE TENIS DE MESA OFICIAL | UN | 2, | 7,963 | 15,926 |
| BOLINHAS DE TENIS DE MESA OFICIAL | | | | | |
| 128 | BONECA DE PLÁSTICO | UN | 150, | 56,607 | 8.491,05 |
| Material: Plástico atóxico, Dimensões aproximadas do produto: Aproximadamente 20 a 30cm De Altura. | | | | | |
| 129 | BRINQUEDO CARRINHO DE PLÁSTICO | UN | 150, | 46,57 | 6.985,50 |
| Composição/Material: Plástico atóxico, Dimensões aproximadas do produto: 12x7x8cm. | | | | | |
| 130 | BRINQUEDO DE ANIMAL SAFARI- BORRACHA/ LEÃO ZEBRA GIRAFA MACACO | UND | 100, | 57,90 | 5.790,00 |
| Excelente presente, lindo e bem detalhado brinquedo de borracha para brincar, pode brincar na água ou onde quiser. Desperte a imaginação e criatividade de seu filho com estes maravilhosos brinquedos de borracha 12 bonecos com 8 cm em media | | | | | |
| 131 | CAMA ELÁSTICA 3,05M | UND | 4, | 1.916,413 | 7.665,652 |
| Contém na embalagem: - 08 Hastes em Aço Galvanizado - 64 molas em Aço Galvanizado de 14 cm próprias para Cama Elástica - 1 Puxador de molas - 1 Protetor de molas colorido - 1 Escada de 2 degraus - 1 Rede de proteção Colorida para Cama Elástica - 1 Lona de Salto - pula-pula - Isotubos e ponteiros de proteção coloridos próprios para Cama Elástica - Manual de Instruções e montagem da Cama Elástica Especificações Técnicas: - Diâmetro: 3,05 m - Altura Total: 1,90m - Altura do pulo ao chão: 70cm - Peso máximo Suportado: 150 Kg | | | | | |
| 132 | CAMA ELÁSTICA 4.4M | UND | 4, | 4.545,90 | 18.183,60 |
| Tamanho 4.4M, 4 pés, lona colorida, Estrutura em aço zincado 1,55mm Sistema de impulsão por 72 molas de 17cm Lona de salto colorida em poliéster emborrachado, Proteção de molas colorida com revestimento impermeável, Rede de proteção em polipropileno multicolorido (malha 12), Hastes metálicas revestidas com isotubos blindados, Escada colorida de 3 degraus, Sistema de montagem por encaixe. | | | | | |
| 133 | COLCHONETE PARA ATIVIDADES FISICA | UN | 100, | 111,543 | 11.154,30 |
| 1,00x60x3,00cm material externo clintox 0,30 liso fosco, material interno; aglomerado de espuma ag80 medidas interna aproximadas comprimento ;94 cm largura 44cm comprimento 64cm | | | | | |
| 134 | CORDA PARA PULAR INDIVIDUAL C/ MANOPLAS | UND | 30, | 20,62 | 618,60 |
| Material Polipropileno (PP), Borracha, Poliéster Material do cabo Borracha Comprimento do produto 2,2 Metros Material da empunhadura Borracha | | | | | |
| 135 | ESCADA AGILIDADE + 10 PRATOS + KIT CONE OBSTÁCULO PARA TREINO | KIT | 6, | 244,943 | 1.469,658 |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

Escada agilidade + 10 pratos + kit cone obstáculo para treino Com o kit funcional você movimentará o corpo todo em diversas modalidades esportivas, além de desenvolver a agilidade, velocidade, senso de direção, coordenação e equilíbrio. A escada de agilidade é de fácil instalação sendo fácil montar circuitos nos mais diversos ambientes, além de ser fabricada em material leve, ser fácil de montar e carregar. Especificações da escada de agilidade: cor: amarela; comprimento: 4,5 metros; largura dos degraus: 50 cm, com distância entre os degraus ajustável; possui 10 degraus. Sobre os cones: Cores diversificadas Material: pvc flexível Tamanho: 23 cm Sobre os pratos demarcatórios: Cores diversificadas Material: pvc flexível Tamanho: 19x19x5 Sobre a escada :Cor amarela com preto Comprimento: 4,5 m Degraus: 10 Ajustável: sim Material: nylon com pvc O kit é composto por: 10 pratos demarcatórios 1 escada de agilidade 4,5m2 kit com 2 cones furados e 1 barreira.

| | | | | | |
|------------|---|------------|------------|--------------|-----------------|
| 136 | JOGO DE DAMA E TRILHA TABULEIRO 24 PEÇAS | UND | 30, | 63,67 | 1.910,10 |
|------------|---|------------|------------|--------------|-----------------|

Detalhes do Produto Jogo de dama e trilha no tabuleiro. Ideal para jogos em família e amigos. Os jogos são ótimas ferramentas para desenvolver a habilidade estratégica e o raciocínio das crianças. regras do jogo contidas em um manual explicativo. Estimula o raciocínio. Seja um vencedor . Indicado para crianças a partir de 7 anos Contém: 24 peças e um tabuleiro. Composição: Plástico e papelão. Medidas do tabuleiro: 24 cm x 24 cm. Peso do Produto: 0,185 kg

| | | | | | |
|------------|------------------------|------------|------------|---------------|---------------|
| 137 | JOGO DE MEMÓRIA | UND | 20, | 39,037 | 780,74 |
|------------|------------------------|------------|------------|---------------|---------------|

Jogo de memória educativo Composto por 40 peças em MDF com figuras "vivas e coloridas" , Visando que a criança associe os "pares" num processo lúdico de aprendizagem. Acondicionados em caixa de madeira

| | | | | | |
|------------|-------------------------|------------|------------|--------------|-----------------|
| 138 | JOGO DOS DILEMAS | UND | 20, | 56,14 | 1.122,80 |
|------------|-------------------------|------------|------------|--------------|-----------------|

O Jogo dos Dilemas traz 40 cartas com situações para fazer a criança refletir, questionar e discutir sobre o que fazer para resolver o dilema contido na carta que ela retirar. Este livro em forma de caixinha pode ser utilizado em dinâmicas entre familiares, entre amigos, na escola e por profissionais das áreas de psicologia e psicopedagogia, para desenvolver competências socioemocionais.

Viviani Zumpano
DADOS TÉCNICOS
Livro-caixinha com 40 cartas

| | | | | | |
|------------|------------------------|------------|------------|--------------|-----------------|
| 139 | JOGO SOLETRANDO | UND | 20, | 82,86 | 1.657,20 |
|------------|------------------------|------------|------------|--------------|-----------------|

Juntando figuras, forme palavras. Se a palavra tem 4 letras, 4 partes terá a figura. Um jeito diferente de montar e soletrar. Soletrando permite que você visualize as letras que compõem os nomes dos animais. A partir da figura, você monta a palavra, assim como, a partir da palavra, monta a figura.

Componentes : Contém 7 cartelas de figuras e letras, 12 cartelinhas com figuras e nomes.

Especificações do Produto:
Faixa Etária : A partir de 5 anos
Dimensões da embalagem : 21,0 X 22,2 X 4 cm
Participantes : 1 a 4

| | | | | | |
|------------|------------------------------|------------|-----------|-----------------|-----------------|
| 140 | KIT MESA DE PING PONG | UND | 3, | 1.783,25 | 5.349,75 |
|------------|------------------------------|------------|-----------|-----------------|-----------------|

Seus momentos de lazer ficarão melhores com essa mesa oficial para tênis de mesa. Ela é fabricada em MDP de 15 mm, o que lhe garante maior resistência e durabilidade. Pode ser guardada quando não estiver em uso, pois possui pés em madeira dobráveis, além de ter as marcações necessárias que seguem as regras do esporte. Para a brincadeira ficar completa, acompanha kit para o jogo.

| | | | | | |
|------------|--|------------|-----------|---------------|-----------------|
| 141 | KIT MINI TRAVE FUTEBOL PORTÁTIL COM REDES | UND | 4, | 328,43 | 1.313,72 |
|------------|--|------------|-----------|---------------|-----------------|

A trave é feita em tubo de metal na cor branca e possui uma resistente rede de Nylon. Os encaixes e conexões em material plástico leve e resistente, podendo ser montada e desmontada de maneira rápida e fácil

Itens Inclusos:
2 Mini Traves de Futebol
1 Bola de futebol Mini Tamanho 1
2 Redes de nylon
1 Bomba de ar
4 Fixadores de trave
Medidas
Trave:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

| | | | | | |
|--|--|------------|-------------|----------------|------------------|
| Altura: 50 cm | | | | | |
| largura: 65 cm | | | | | |
| 142 | MEDALHA NA COR BRONZE COM FITA DE CETIM | UN | 300, | 8,85 | 2.655,00 |
| Medalha de metal feita em ZAMAQ (liga de zinco, alumínio, cobre e magnésio), formato redondo, tamanho 5,8x5,8cm. Espessura de 4mm, com 1 cm de circunferência que será fundida em alto e baixo relevo o nome do Município resinado com tinta EPOX cor diversas. E um espaço de 2.9x3.0cm que sera personalizado e resinado com o nome do evento e modalidade. com fita de cetim. | | | | | |
| 143 | MEDALHA NA COR OURO COM FITA DE CETIM. | UN | 300, | 8,60 | 2.580,00 |
| Medalha de metal feita em ZAMAQ (liga de zinco, alumínio, cobre e magnésio), formato redondo, tamanho 5,8x5,8cm. Espessura de 4mm, com 1 cm de circunferência que será fundida em alto e baixo relevo o nome do Município resinado com tinta EPOX cor diversas. E um espaço de 2.9x3.0cm que sera personalizado e resinado com o nome do evento e modalidade. Com fita de cetim. | | | | | |
| 144 | MEDALHA NA COR PRATA COM FITA DE CETIM. | UN | 300, | 8,91 | 2.673,00 |
| Medalha de metal feita em ZAMAQ (liga de zinco, alumínio, cobre e magnésio), formato redondo, tamanho 5,8x5,8cm. Espessura de 4mm, com 1 cm de circunferência que será fundida em alto e baixo relevo o nome do Município resinado com tinta EPOX cor diversas. E um espaço de 2.9x3.0cm que sera personalizado e resinado com o nome do evento e modalidade. Com fita de cetim. | | | | | |
| 145 | RAQUETES DE TENIS DE MESA OFICIAL | UN | 10, | 134,197 | 1.341,97 |
| RAQUETES DE TENIS DE MESA OFICIAL | | | | | |
| 146 | REDE DE HANDEBOL OFICIAL | UND | 4, | 506,217 | 2.024,868 |
| Quantidade: Par Tipo de Fio: Nylon Malha: 12 x 12 Cm | | | | | |
| 147 | SACO PORTA BOLA | UN | 4, | 99,697 | 398,788 |
| SACO PORTA BOLA | | | | | |
| 148 | TROFÉU HONRA AO MÉRITO 30 CM | UND | 100, | 128,15 | 12.815,00 |

1.1.3. O Estudo técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na divergência entre ambos, prevalecerá o disposto nesse Termo de referência.

1.2 Da classificação do objeto

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como material de consumo adquiridos para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social, Esporte e Lazer, deverão ser de qualidade, comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo de acordo com artigo 20 da lei 14.133.

1.2.2. O objeto dessa contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme decreto 10.808 de 27 de setembro de 2021.

1.3. Da vigência da Contratação

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de um (1) ano, prorrogável, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de materiais pedagógicos, didáticos e esportivos pela prefeitura de Cumaru do Norte é essencial para fortalecer as políticas públicas voltadas ao aprendizado educacional e desenvolvimento social e cognitivo dos alunos da rede municipal de ensino, bem como alcançar crianças, adolescentes e jovens do município. 2.1.2. A aquisição desses materiais garante padrões elevados de qualidade no ensino, refletindo no aumento dos índices de escolaridade.

2.1.3. As Secretarias Municipal de Educação Assistência social, Esporte e Lazer, está comprometida com ações que garantam o acesso de todos os alunos a materiais didáticos e pedagógicos, promovendo o aprendizado, a coesão social e o desenvolvimento dos índices



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

educacionais do município. O investimento contínuo nesses materiais reflete o compromisso em elevar o nível de aprendizagem e melhorar a qualidade da educação nas escolas municipais, garantindo equidade e excelência na educação.

2.1.4. A prática esportiva é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens, melhorando aspectos físicos e psicológicos, ensinando trabalho em equipe e promovendo a convivência com as diferenças étnicas, culturais e sociais. A aquisição desses materiais permitirá aos alunos acesso a diversas modalidades esportivas, como vôlei, basquete e handebol, favorecendo a qualidade de vida e a participação em campeonatos.

2.1.5. Além disso, o esporte é uma ferramenta poderosa para afastar crianças e adolescentes das drogas e aumentar a capacidade cognitiva dos alunos, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Equipar adequadamente as instalações esportivas municipais, CRAS e escolas é essencial para a prática diversificada de esportes, atendendo a diferentes faixas etárias e habilidades.

2.1.6. A Contratação, objeto desse estudo, tem amparo legal, integralmente, nas Leis Federais e nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME 73 de 30 de setembro de 2022 e pela Lei Complementar nº 123/2006, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. A escolha da modalidade Pregão eletrônico pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** encontra amparo no inciso II do Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, e se justifica pela conveniência da contratação de empresa especializada com previsão de entregas parceladas. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

2.1.7. Ao realizar um processo licitatório, asseguramos a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado pela legislação pertinente. Isso proporciona uma seleção justa e equitativa do fornecedor, garantindo igualdade de oportunidades para todos os concorrentes.

2.1.8. A adoção do critério de menor preço aliado ao registro de preços permite à Administração contratar os serviços necessários a preços mais vantajosos, sem comprometer a qualidade e eficiência dos mesmos. Dessa forma, é possível otimizar a utilização dos recursos públicos, obtendo economias significativas para o erário.

2.1.9. Além disso, a realização de um processo licitatório promove a competitividade entre os fornecedores, incentivando a oferta de propostas mais atrativas e condizentes com as necessidades da Administração. Isso pode resultar em uma ampla gama de opções para escolha, garantindo a seleção da melhor relação custo-benefício para a contratação dos serviços de recapagem, vulcanização e dublagem de pneus.

2.1.10. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminares.

2.2. Previsão da contratação

2.2.1. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista que este instrumento de governança é elaborado pela Municipalidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A Descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo técnico Preliminar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

- a) Executar o objeto na conformidade do estabelecido no Edital e neste Termo de Referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.
- b) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- e) Entregar os materiais solicitados apenas ao servidor municipal mediante identificado e autorizado pela administração.
- f) Os materiais deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Termo;
- g) Os materiais ofertados na proposta de preço deverão ter especificações claras, completas e detalhadas, considerando-se dentre outras informações, embalagem, fabricante, origem (nacional ou estrangeira);
- h) Será verificada a equivalência dos materiais entregues, com as especificações contidas no edital de licitações, sendo confrontadas também, com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não serão aceitos materiais divergentes quanto à marca, modelo, ou especificação diversa da informada na Proposta de preço da empresa vencedora;
- i) Na eventualidade de se verificar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam o recebimento ou a utilização dos materiais nas finalidades administrativas institucionais, a CONTRATANTE, sustará os processos relativos a pagamentos em nome da contratada, enquanto não forem sanadas as incorreções, o que deverá ocorrer no prazo estabelecido neste Termo;
- j) A empresa contratada será responsável pelo transporte e entrega dos itens, desde a sua origem ou local da embalagem até o endereço definido nesse termo, sem quaisquer complementos nos preços contratados ou pagamento adicional referente a frete;
- l) Os materiais devem ser entregues com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.2. Assegurar que a empresa possua padrões ambientais reconhecidos e possuam certificações que comprovem sua conformidade com normas ambientais específicas.

4.2.3. Produtos com menor impacto ambiental em sua produção e ciclo de vida, como peças recicláveis ou com menor consumo de matérias-primas.

4.2.4. Incorporação de critérios de eficiência energética, redução de emissões de gases poluentes e conservação de recursos naturais.

4.2.5. Preferência por produtos que possuam logística reversa implementada, facilitando a reciclagem ou o descarte ambientalmente adequado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

4.2.6. Atentar para todo o ciclo de vida do produto, desde de sua fabricação até o seu descarte, entendendo que os mesmos devem ser considerados buscando minimizar os impactos ambientais causados no processo.

4.2.7. verificar se a matéria-prima utilizada são provenientes de fontes sustentáveis, respeitando o uso adequado do solo, com políticas de prevenção ao desmatamento e poluição de recurso hídricos.

4.2.8.. Ao seguir esses requisitos de sustentabilidade, você contribuirá para a implementação de práticas mais responsáveis nas obras públicas, promovendo o uso de materiais que respeitam o meio ambiente e estão alinhados com as exigências legais em vigor, com a lei 14.133 de 2021.

4.3. Da subcontratação

4.3.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Do prazo de entrega

5.1.1 A entrega do objeto deverá ser de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, ser entregues 07 (sete) dias corridos após solicitação, mediante requisição do setor de compras, considerando tratar-se de material de consumo indispensável para continuidade do ensino e projetos sociais que são oferecidos na rede municipal de ensino, no CRAS nos trabalhos desenvolvidos com crianças em risco social e nos projetos desenvolvidos pela secretaria de Esporte. Contados a partir do recebimento da nota de empenho pela empresa via e-mail, ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

5.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído imediatamente.

5.1.3. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos itens objeto desta contratação.

5.1.4. Os itens recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da formalização da recusa pela contratante.

5.1.5. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.6. A CONTRATADA deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 2 (dois) dias após a notificação do CONTRATANTE. Após este prazo, não ocorrendo a remoção do objeto, o CONTRATANTE poderá destinar o objeto para descarte ou doação.

5.2. Do local de entrega do objeto

5.2.1. A entrega dos materiais, será determinada na ordem de compra, de segunda a sexta em dias úteis, no horário das 08h00min até as 18h00min, ou as solicitações de fornecimento do objeto estão previstas para ocorrer sempre que houver necessidade.

5.2.2. As entregas em geral serão realizadas e efetuadas na sede do Município, na Secretaria de Planejamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

5.2.3. Além das entregas no(s) local(is) designado(s) pelo CONTRATANTE deverá a CONTRATADA, também, descarregar, armazenar, instalar (caso esteja previsto no objeto), no(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

5.3. Das condições de entrega

5.3.1. A cada entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se em relação ao objeto que possuem prazo de validade, observar tal prazo por ocasião da entrega, responsabilizando-se, durante todo o período de validade, pela substituição imediata dos materiais considerados defeituosos, isento de quaisquer ônus financeiros adicionais a este Município.

5.3.2. Não será admitida a entrega parcial ou incompleta do material, obrigando-se a fornecedora a atender a quantidade solicitada pelo órgão.

5.3.3. A Contratada se obriga a executar a entrega dos objetos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados, de acordo com suas necessidades;

5.3.4. A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão-de-obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será determinado na ordem de compra pelo órgão local previamente indicado;

5.3.5. Durante a execução de entrega dos itens, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos deverá notificar de imediato a Prefeitura municipal, por meio da Secretaria Municipal de planejamento sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos produtos;

5.3.6. Os itens deverão estar em conformidade com os regulamentos técnicos.

5.3.7. Ser responsável, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes na entrega do objeto deste Termo

5.3.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos combustíveis.

5.3.9. Apresentar, sempre que houver solicitação, documentos que comprovem a procedência dos itens objeto desta licitação.

5.3.10. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.3.11. Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

5.3.12. A CONTRATADA é obrigada a substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.3.13. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

5.3.14. Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas ajustadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.12 Gestor do Contrato

6.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

6.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá nos substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021, comunicando-



Estado do Pará

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 na lei nº 14.133 de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133 de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurando ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.1.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ ME nº77 de 2022.

7.1.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.6. Ao licitante contratado será aplicada, no que couber, a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 da Receita Federal do Brasil.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos

Oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Consulta consolidada pelo Tribunal de contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/>)

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13. Habilitação Jurídica:

8.13.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.13.2. Prova de registro empresarial no caso de empresa individual;

8.13.3. Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

8.13.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br

8.13.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.13.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou qualquer outro documento oficial, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.13.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.13.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.13.10. Cópia de RG e CPF dos sócios ou CNH;

8.2.11. Tratando-se de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), apresentar Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste edital.

8.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

8.14.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.3. Alvará de funcionamento, com devidas licenças exigidas no mesmo (a licença prevista nas observações do alvará).

8.14.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

8.14.6. Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal, da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

8.14.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.14.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

8.14.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.15. Qualificação Econômico-Financeira

8.15.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da SEDE da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor;

8.15.1.1. Caso haja no município sede da licitante mais de um distribuidor, a licitante deverá apresentar as certidões de cada um deles.

8.15.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; conforme artigo 69 da lei 14.1333 de 2021, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.15.2.1. De acordo com artigo 69 § 6º da lei 14.133 de 2021 os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

8.15.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, as condições de habilitação serão definidas no edital de acordo com o artigo 65 da lei 14.1333 de 2021 § 1º. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.15.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial;

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

8.15.5. Licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.15.6. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.15.7. Apresentar certidão simplificada da junta comercial da sede do licitante atualizada com todas as informações contratuais.

8.16. Qualificação Técnica

8.16.1. Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação; podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

8.16.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.16.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, nota fiscal, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

9.1. O custo total da contratação é de R\$ 1.357.297,57 (Um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete reais)

9.2. Em caso de registro de Preço, os preços poderão sofrer alterações, ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada nos termos dispostos na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da lei 14.133 de 2021.

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitados a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação;

9.2.4. Poderão ser repactuados a pedido do interessado, conforme critérios definidos para contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da municipalidade.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

RECURSOS FINANCEIROS

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 12.361.0060.2-025 Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação - Meta 07 do P ME

ÓRGÃO: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO ASSISTENCIA SOCIAL

Ação: 08.122.0020.2-048 Funcionamento da Secretaria de Assistência Social

ÓRGÃO: PREFEITURA DE CUMARU DO NORTE

UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Ação: 27.812.0180.2-058 Funcionamento da Secretaria de Esporte e Lazer

Natureza das Despesas;

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo

Cumaru do Norte – PA, 28 de maio de 2024.

Elaborado:

Cecília Soares Morais da Silva Carvalho
Equipe de Planejamento
Dec. 09/2024

Autorizado:

Celio Marcos Cordeiro
Prefeito



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE - PA.

Endereço: Avenida das Nações, 73 – Centro – Cumaru do Norte - PA.

Processo licitatório 057/2024
Pregão Eletrônico Nº 029/2024

O representante legal da Empresa _____, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 000/2024, instaurado pela Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte PA;

a) declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

b) declara para os fins de direitos que a referida empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

c) declara para os fins de direitos que a referida empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

d) declara para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

e) declara, para os devidos fins, que o fornecimento é prestado por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no INCISO XVII art. 92 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

f) declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Obs.: Declarar quando for o caso: “Declaro que emprego menor com idade a partir de catorze anos na condição de aprendiz”.

g) declara, que em seu quadro societário, cotistas ou dirigentes não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação, conforme disposições previstas na legislação vigente.

h) declara, e sob as penas da Lei, que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação na licitação mencionada, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências futuras impeditivo à sua habilitação.

i) declara, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos. 42º ao 49º da referida Lei Complementar. Neste mesmo ato, declaro ainda que, até a presente data ano- calendário 2024, não celebrei contratos com outros entes ou órgãos públicos cujos valores ultrapassem os limites previstos no § 2º do artigo 4 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

j) em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 63 da Lei Federal 14.133/21, declara expressamente, sob as penas da Lei, que a PROPOSTA ECONÔMICA compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000-2024

O, com sede na, N.º, (Bairro), (cidade), inscrito no **CNPJ sob n.º**, neste ato representado pelo(a) Senhor(a), (nacionalidade), (estado civil), inscrita no CPF n.º, RG n.º Órgão emissor/UF, residente e domiciliada na, n.º, (Bairro), (cidade), considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º N.º .../20..., para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, anexo ao edital do PREGÃO n.º .../20..., que é parte integrante desta ATA, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| EMPRESA: | | | | | | |
|-----------------------|-----------|--------|-------------------|------|----------------|-------------|
| CNPJ: | | | | | | |
| ENDEREÇO | | | | | | |
| REPRESENTANTE: | | | | | | |
| EMAIL: | | | | | | |
| Item | Descrição | Modelo | Marca/ Fabricante | Qtd. | Valor Unitário | Valor Total |

Total do Fornecedor **R\$**

2.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será o

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5 VALIDADE DA ATA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133, de 2021.

6 REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ATA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1 descumprir as condições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

6.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão participante.

6.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1 por razão de interesse público; ou

6.9.2 a pedido do fornecedor.

7 DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8 CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital 026/2022.

8.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado desta Ata de Registro de Preços (art. 125



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

da Lei 14.133, de 2021).

8.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, § 5º, inciso VI, da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em de de 20...., em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cumaru do Norte - PA, de de 2024

GERENCIADOR

FORNECEDOR



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

ANEXO IV

CONTRATO Nº/2024

**CONTRATO DE COMPRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE E A
EMPRESA, REFERENTE AO PROCESSO
ADMINISTRATIVO n.º/2024, PREGÃO
ELETRONICO n.º/2024**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida dos Estados, nº. 73 _ Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 34.670.976/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Srº. **CELIO MARCOS CORDEIRO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 314.991.148-69 e no RG nº 4568639 – PC/PA, residente e domiciliado no endereço Rua Maranhão, s/n, Bairro – Centro, cidade de CUMARU DO NORTE-PA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência
 - 1.2.2. O Edital da Licitação
 - 1.2.3. A Proposta do contratado
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante cotação de mercado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.9.1. A Administração terá o prazo de dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dias.
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa**: moratória de 0,5% (cinco décimas por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de (.....) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade:*

II. *Fonte de Recursos:*



Estado do Pará
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE

III. *Programa de Trabalho:*

IV. *Elemento de Despesa:*

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Redenção para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cumaru do Norte- PA, xx de xxxxx de 20xx.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: A) _____
RG:

B) _____
RG: